

Numa sessão esvaziada, Cabral explica faltas



Marcelo Cordeiro

Indenização para cassado tem acordo

A maioria da Comissão de Sistematização já apóia o pagamento dos salários atrasados para militares e civis cassados por atos institucionais e administrativos, nos termos de uma emenda de autoria do deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), 1º Secretário da Constituinte. Pela proposta, a indenização a ser paga pelo Estado só cobriria os últimos 5 anos, o que reduziria de Cz\$ 11 bilhões para apenas Cz\$ 1 bilhão as despesas com a anistia.

Já a reintegração dos militares ao serviço ativo está totalmente descartada das negociações. Um levantamento realizado junto aos membros da Comissão de Sistematização pela Federação das Associações de Defesa da Anistia (Fada), indica que esta tese encontra "grande resistência" por parte dos constituintes e que dificilmente obterá os 47 votos necessários à sua inclusão no novo anteprojeto.

Diante desta constatação, os cassados deixaram de trabalhar em favor da reintegração, centrando fogo no pagamento dos atrasados. Entre diversas alternativas, eles optaram pela emenda Marcelo Cordeiro, porque reduz em muito as despesas com a anistia, que têm sido usadas como argumento contra a medida. A proposta se baseia em um dispositivo legal, pelo qual as dívidas do Estado são prescritas em 5 anos. Não será cobrado imposto de renda sobre os atrasados.

Desta forma, os oficiais cassados — já anistiados em 85 — terão direito a apenas pouco mais de dois anos de indenização. Soldados, cabos e sargentos, que não foram beneficiados pela emenda constitucional nº 26, receberão todo o quinquênio. Também devem ser favorecidos os marinheiros cassados por atos administrativos a despeito dos argumentos dos chefes militares contra a medida. O levantamento da Fada aponta como praticamente assegurada a promoção dos cassados aos postos que teriam alcançado se permanecessem na ativa. E nessas patentes que eles passariam à reserva, ganhando ainda uma indenização equivalente a cinco anos de trabalho.

Convocado pela Comissão de Sistematização, o relator Bernardo Cabral se dispôs a justificar, na manhã de ontem, sua ausência — mas teve dificuldades: precisou esperar mais de uma hora e meia para que se obtivesse o quorum necessário à abertura de uma sessão. Deu suas explicações e informou que não tinha condições de participar de uma segunda reunião, marcada para a tarde. Não foi, nem fez falta: a sessão vespertina acabou cancelada.

Delicado, o relator falou de seu respeito pelos membros da comissão, considerou as críticas a sua ausência "mais do que razoáveis, mais do que procedentes", mas ainda assim não deixou de esgrimir argumentos regimentais a seu favor — numa defesa que seria, depois, contestada pelo líder do Governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna. "Existe um ato da Mesa que dá ao presidente poder de nomear um relator substituto", lembrou, para assistir, logo depois, a nomeação do senador José Fogaca

(PMDB-RS) para a função. Quanto às queixas que sua ausência vem provocando, não deixou margem a dúvidas: no que depender dele, prosseguirão: com pouco tempo para elaborar seu substitutivo, o relator garantiu não ter qualquer possibilidade de manter presença constante às reuniões — e também nisto seria contestado, em seguida, por Sant'Anna.

"TERTULIA"

Em uma primeira intervenção, o líder do Governo — de regimento em punho — negou que os constituintes tenham o direito de se reunir em outras instalações. O artigo 1º do regimento é claro — afirmou — ao dizer que a Assembleia deve realizar seus trabalhos no prédio do Congresso. Pouco depois, ele falaria de novo para dizer que a função de Cabral "é relator o que ocorrer", e não escrever seu próprio substitutivo. Isto, na visão de Sant'Anna torna proibitivas as reuniões do relator no Instituto Israel Pinheiro. Além disso, assinalou que o relator teria de procurar sua assessoria neces-

sariamente entre os demais membros da Sistematização". "Nós estamos aqui fazendo tertúlia, a verdadeira comissão está reunida nos ermos da Ermida Dom Bosco", reclamou.

"Se o relator não dispõe de tempo e abre o Instituto Israel Pinheiro para todos, não vejo motivo para continuar a reunir a Comissão de Sistematização", fulminou o deputado Ademir de Andrade (PMDB-PA), referindo-se à defesa de Cabral. Andrade, e o deputado Nilson Gibson (PMDB-PE) chegaram a pedir a suspensão das futuras reuniões, mas nenhuma decisão foi tomada a este respeito. Já o deputado José Genóino (PT-SP) sugeriu que se optasse entre a divisão dos trabalhos por títulos — e o relator comparecesse pelo menos às reuniões mais importantes — ou fosse nomeado um relator substituto. O presidente em exercício da comissão, deputado José Tavares (PMDB-PR) preferiu a segunda hipótese; concordou e nomeou o senador José Fogaca.

Esconderijo tem seus requintes

O novo refúgio escolhido pela cúpula da Constituinte como local de trabalho, está mais para um requeijado, inacessível e luxuoso clube náutico, do que uma instituição religiosa administrada por padres salesianos. Guardados pela segurança intransigente de três agentes da Câmara dos Deputados transferidos especialmente para a Fundação Israel Pinheiro, a quase 30 quilômetros do Congresso, o relator Bernardo Cabral e seus adjuntos estão articulando a redação do texto da nova Constituição em um am-

biente inegavelmente agradável e isolado, longe das queixas dos demais constituintes que estão se sentindo marginalizados do processo.

Sede tradicional de encontros e seminários de religiosos vindos de todo o País, o Instituto Israel Pinheiro passou a ser frequentado inicialmente pelos integrantes do Grupo dos 32, coordenado pelo senador José Richa (PMDB/PR), e posteriormente pela equipe de relatores. Lá esteve até o governador José Aparecido, que teria se comprometido

a providenciar o asfaltamento de um pequeno trecho de terra que dá acesso ao local.

Escondidos numa paisagem bucólica — que pode ser comparada a um oásis no meio do cerrado — os relatores, da sala onde se instalaram, podem ter pelas amplas janelas envidraçadas, em primeiro plano, uma vista privilegiada da orla ajardinada do Lago. Em segundo plano, mais distante, avista-se a Favela do Paranoá — maior bolsão de miséria do Distrito Federal.



Empresários "marcam" sete parlamentares

Porto Alegre — Sete deputados e senadores gaúchos que não compareceram ontem à reunião em que as principais organizações de empresários do Estado debateram as suas reivindicações para a Constituinte, "estão marcados com uma cruz na testa" e não terão o apoio da classe nas próximas eleições. A afirmação é do presidente da Federação das Associações Comerciais, Cesar Valente, sustentando que "ninguém ajuda uma campanha eleitoral por mera benemerência, mas porque quer nos eleitos um representante dos seus princípios".

Valente comentou que "são sempre os mesmos parlamentares que podem comparecer e os mesmos que não podem nunca", para ouvir os empresários. Dessa vez, foram convida-

dos os dez gaúchos integrantes da Comissão de Sistematização da Constituinte, incluindo os suplentes. Compareceram apenas os deputados Darci Pozza e Victor Faccioni, do PDS, Arnaldo Prieto, do PFL e Ibsen Pinheiro, do PMDB. Os que faltaram e acabaram "marcados com uma cruz na testa" são os senadores José Fogaca e Paulo Bisol, do PMDB, e Carlos Chiarelli do PFL, e os deputados Vicente Bogo e Nelson Jobim, do PMDB, e Adylson Motta, do PDS.

Cerca de 20 líderes de empresários da Federação das Associações Comerciais, Federação da Agricultura, Federação das Indústrias, Associação dos Jovens Empresários, Clube dos Diretores Lojistas e UDR, apresentaram suas reivindicações aos constituintes.

Artigos estatizantes são alvo de críticas

O senador Albano Franco (PMDB-SE) criticou ontem a inclusão no substitutivo Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Constituinte, de "princípios que seriam melhor tratados na lei ordinária" e condenou vários artigos que ampliam a interferência do Estado na economia e na sociedade.

A tentativa de impor a estabilidade e a jornada de trabalho através da Constituição é, no seu entender, "desacreditar na sociedade e na capacidade negociadora dos homens e reforçar sua condição de dependente do 'grande pai', o Estado".

EVOLUÇÃO

Preocupado com as perspectivas nacionais para as próximas décadas, o senador Albano Franco acentuou ontem a necessidade de a futura Constituição contribuir para remover os entraves para o aprimoramento da sociedade. Na sua opinião, estes se caracterizam pela excessiva ingerência do Estado na sociedade e na economia e pelo doentio gosto ao detalhismo.

A Constituição, sabe, não fará milagres, mas pode ajudar muito ao estabele-

cer os limites do Poder Público no sistema produtivo. O Estado deve ser apenas regulador e mediador. O substitutivo Bernardo Cabral inclui na Constituição princípios que deveriam ser tratados na lei ordinária, entre os quais o senador Albano Franco destaca os seguintes:

- 1) monopólio do exercício profissional (art. 12, IV, c);
- 2) a intromissão de terceiros na vida privada das instituições (art. 12, IX, a);
- 3) a limitação arbitrária do uso da propriedade (art. 12, XIII);
- 4) sistema de estabilidade (art. 13, I);
- 5) jornada de trabalho (art. 13, XV);
- 6) reajustes salariais (art. 13, V);
- 7) estruturação de fundos específicos (art. 13, III);
- 8) fórmulas de fixação de salários (art. 13, IV);
- 9) sistemática da hora extra (art. 13, XVII).

Para o senador, a filosofia do substitutivo Bernardo Cabral está errada quando favorece a ampliação do Poder do Estado, e os que pretendem uma sociedade livre, mais justa, não podem aceitar isso. "Os que desejam maior presença do Estado na economia defendem, também, uma sociedade mais fechada", considera.

Archer defende a reserva de mercado

Porto Alegre — O ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, rechaçou ontem as acusações de que o anteprojeto de Constituição do deputado Bernardo Cabral e Xenófobo, Archer afirmou que, na sua opinião, isso não acontece e muito menos na área de ciência e tecnologia. Nesta, segundo o ministro, o projeto somente mantém a reserva de mercado já instituída em lei, de 1984, e pelo tratado do Gatt.

Archer acrescentou que, portanto, como é um direito do País, não vê nenhuma xenofobia no fato de a Constituição manter essa reserva de mercado da informática. Argumentou que o Japão jamais permitiu a entrada de capital estrangeiro em suas áreas

econômicas essenciais e nunca foi acusado de xenofobia por isso. Mas o ministro não acha necessário estender a reserva de mercado a outras áreas, justificando que a informática sim é essencial para a revolução científico-tecnológica.

Para o ministro, não haverá, com a reserva de mercado, total impedimento de entrada de tecnologias estrangeiras no País, como reclamam alguns empresários. Por fim, Archer argumentou que o projeto de Cabral ainda reflete o ponto de vista pessoal do deputado, mas ele acredita que, ao final, a constituinte será realmente um reflexo do ponto de vista do povo brasileiro.

Artistas: produção vai parar

Rio — Se o anteprojeto elaborado pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, for aprovado, toda a produção cultural empresarial será paralisada. A denúncia é do presidente da Associação Brasileira de Produtores Cinematográficos, Paulo Thiago, que segue hoje para Brasília a fim de mobilizar deputados e senadores para que seja suprimido do texto constitucional o parágrafo quinto do artigo 284, que veda a aplicação de recursos pú-

blicos em entidades com fins lucrativos.

Na prática, esse artigo revoga a Lei Sarney, através da qual empresas aplicam em atividades culturais parcela do Imposto de Renda que pagariam à Receita Federal. Segundo Paulo Thiago, a prevalência do texto de Bernardo Cabral, órgãos como a Embrafilme, Inacen e INL serão extintos porque suas atribuições se resumem ao repasse de verbas públicas a empresas culturais.